

SOCIEDADE TRABALHO

MICAEL PEREIRA

Foi como se a sua vida tivesse entrado em obras e ele não soubesse quando elas vão acabar e, no fim, quanto lhe irão custar. As obras são no seu currículo académico. Aos 48 anos, Carlos Oliveira deixou o título de engenheiro para trás, quando se mudou para Fortaleza, e para poder usá-lo agora no Brasil tem um percurso penoso pela frente. Depois de sete meses a apreciar o pedido de reconhecimento do curso de engenharia mecânica concluído na Universidade de Coimbra em 1990, a Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal do Ceará determinou em fevereiro deste ano que terá de fazer 13 cadeiras adicionais para obter a revalidação do seu diploma e, assim, avançar a seguir para a inscrição numa das sucursais regionais do Confea (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia), o equivalente no Brasil à Ordem dos Engenheiros.

São 608 horas de formação extra que o engenheiro com 23 anos de experiência tem de fazer, incluindo 64 horas dedicadas à mais básica das disciplinas: Introdução à Engenharia.

"Para pagar as minhas contas aqui, terei de ir trabalhar para um bar à noite, porque quem falta às aulas chumba". Pela situação em que se encontra, Carlos Oliveira lamenta o tom otimista dos discursos a 10 de junho, durante a assinatura de um acordo entre os governos de Portugal e do Brasil para o reconhecimento mútuo e no prazo de 90 dias dos diplomas de engenharia e arquitetura por 14 universidades brasileiras e 15 universidades portuguesas.

O ministro dos Negócios Estrangeiros Paulo Portas disse, na ocasião, que a partir de agora "o título académico está reconhecido", pondo fim a um longo, burocrático e complicado processo de revalidação de licenciaturas em engenharia e arquitetura no Brasil, mas isso não animou nem convenceu o engenheiro emigrante português. "O que eu sei é que vou ter de fazer as cadeiras na mesma". Na Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal do Ceará, contactada pelo Expresso, os responsáveis pelos serviços de revalidação desconhecem qualquer alteração de regras no futuro próximo e a reitoria da universidade não conseguiu esclarecer, a tempo desta edição, quando irá isso exatamente acontecer.

Na verdade, o acordo de 10 de junho, que abrange um total de 198 equiparações num vasto leque de engenharias e 15 equiparações em arquitetura entre universidades portuguesas e brasileiras, vai demorar meses até estar operacional e poder beneficiar todos os portugueses licenciados nessas áreas que estejam a pensar trabalhar no Brasil, confirmou o Expresso nos dois lados do Atlântico.

Joaquim Ramos de Carvalho, vice-reitor da Universidade de Coimbra responsável pelas relações internacionais, reconhece que casos como o de Carlos Oliveira se têm acumulado e aconselha atuais e futuros candidatos a uma revalidação a terem um pouco mais de paciência. "Vale a pena esperar pela alteração das regras do jogo."

Ou isso ou apontar baterias para a única instituição brasileira incluída no acordo que, aparentemente, se adiantou às outras, tendo disponível há vários meses o que na prática já é um reconhecimento automático e rápido das licenciaturas concluídas em Portugal: a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Revalidação em dois meses

Em novembro de 2012, esta universidade decidiu encurtar a resposta para os pedidos de revalidação vindos de Portugal, de seis ou mais meses para



Brasil A Universidade Federal do Rio de Janeiro antecipou a entrada em vigor do acordo entre Portugal e Brasil para o reconhecimento mútuo de diplomas em engenharia e arquitetura e já está a facilitar a vida aos profissionais portugueses que queiram trabalhar no Brasil. Nas outras universidades federais, o reconhecimento da licenciatura ainda tem pela frente meses de discussão e definição de regras, levando alguns emigrantes ao desespero por serem obrigados a voltar a estudar

Só o Rio de Janeiro está a dar equivalência aos engenheiros

apenas dois meses e sem necessidade de formação adicional.

"O que fizemos foi estabelecer um processo expedito, sumário, de aprovação", explica Ericksson Rocha e Almendra, diretor da Escola Politécnica da UFRJ, onde estão concentrados todos os cursos de engenharia. "Fizemos isso porque colaboramos com as melhores universidades portuguesas e fazemos intercâmbio de estudantes. Tudo isso nos levou a conhecer a fundo os cursos

portugueses e a ter absoluta confiança na sua extraordinária qualidade. Com tal confiança, não há qualquer justificação para se perder tempo com a contagem de horas de aulas e com a discussão de diferenças curriculares subtis", defende o professor.

Para beneficiarem de um prazo mais fácil e curto no Rio de Janeiro, os candidatos portugueses têm de apresentar, além da documentação académica da universidade de origem, uma declara-

ção da Ordem dos Engenheiros em Portugal em como estão lá registados.

A maior, a melhor e a mais procurada das universidades federais brasileiras (a Universidade de São Paulo é considerada a melhor do país, mas não é federal), a UFRJ está a atribuir 12 a 15 revalidações a portugueses todos os meses, quando antes da crise na Europa esse número rondava os dois ou três processos. Embora não exista uma garantia a 100% de que não sejam exigidas cadei-

ras adicionais, Ericksson Rocha e Almendra assegura, no entanto, que isso "não é comum".

Mais de 100 miniacordos

Quanto ao acordo luso-brasileiro, o responsável pela formação em engenharia da UFRJ adianta que vai estar na próxima semana em Brasília, capital federal e sede do Governo do Brasil, para participar numa reunião sobre o assunto.

Como as universidades têm autonomia nas decisões que tomam sobre os graus que atribuem, não basta os governos ou os conselhos de reitores estarem sintonizados para que as coisas funcionem. É preciso uma sintonia universidade a universidade. Por isso, terão de ser fechados ao todo mais de 100 protocolos específicos bilaterais entre as instituições públicas dos dois países lusófonos, para que se cumpra o princípio que vem disposto na cláusula 5ª do acordo: "O reconhecimento será sempre concedido, a menos que se demonstre, fundamentadamente, que há diferença substancial entre os conhecimentos atestados pelo grau ou título em questão, relativamente ao grau ou título correspondente no país em que o reconhecimento é requerido".

Uma questão de horas

As regras vão ser mais rápidas de aplicar para as universidades que já têm relações estreitas entre si. É o que se passa entre a UFRJ e a Universidade Técnica de Lisboa (UTL), por exemplo. Em Lisboa, José Santos Vitor, vice-presidente do Instituto Superior Técnico (IST), que faz parte da UTL, está otimista: "Estive no Rio de Janeiro há duas semanas e esperamos que o reconhecimento mútuo com a Escola Politécnica do UFRJ entre em vigor dentro de um mês."

O dirigente do IST com o pelouro das relações internacionais explica qual tem sido a maior dificuldade com o Brasil nos últimos anos: "O problema surge quando querem saber quantas aulas foram dadas nos cursos, quantas horas em cada cadeira. São perguntas de quem não confia nas instituições e que acabam por tornar uma revalidação um processo kafkiano."

O sistema de ensino superior brasileiro é diferente e envolve uma maior carga horária do que em Portugal. "Eles têm a cultura da formação presencial, enquanto nós estamos mais baseados no autoestudo, sem os alunos terem de estar tanto tempo em frente a um professor", argumenta José Santos Vitor. O que tem levado alguns departamentos de universidades a não compreenderem o sistema de créditos comum aos países europeus (o ECTS, European Credit Transfer System) e a tomarem decisões discricionárias quanto a cadeiras que acham estar em falta nos currículos.

"A ideia com o acordo é passar para um enquadramento geral e institucional, em vez de se fazer uma abordagem individual, caso a caso", esclarece Joaquim Ramos de Carvalho. "Com isso, o processo vai tornar-se automático." O vice-reitor da Universidade de Coimbra acredita que dentro de três ou quatro meses terá um primeiro protocolo bilateral concluído com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com a qual as relações institucionais já são mais próximas.

Quer o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) quer o seu congénere brasileiro, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), apesar dos vários contactos feitos desde a semana passada, não se mostraram disponíveis para falar ao Expresso. Uma indisponibilidade que se estendeu também ao presidente do Confea, José Tadeu da Silva. Em Portugal, o seu homólogo Carlos Matias Ramos faz questão de dizer que, "não sendo o ideal, o acordo assinado é um avanço significativo". Para o bastonário da Ordem dos Engenheiros, "as arestas estão agora limadas, mas as universidades ainda vão ter de fazer a sua parte".

Moçambique à frente do Brasil

O arrefecimento da economia e a dificuldade no registo profissional no Brasil contrastam com as facilidades em Moçambique

Nos primeiros cinco meses de 2013, Moçambique foi o país mais procurado pelos engenheiros portugueses como destino para trabalhar, destronando o Brasil nas declarações emitidas pela Ordem dos Engenheiros (OE) e que servem para os profissionais se registarem nas organizações no estrangeiro.

Essas declarações são um comprovativo do exercício da atividade em Portugal e funcionam como um passaporte profissional que permite a inscrição nas ordens de engenheiros de outros países, uma formalidade obrigatória para quem

quiser assinar projetos lá fora. Entre janeiro e maio, 105 profissionais pediram declarações para serem entregues na Ordem dos Engenheiros de Moçambique, mais 54% do que os processos com destino ao Brasil e mais 22% do que os pedidos em Angola, o segundo país mais procurado.

Em 2012, o Brasil tinha motivado 147 comprovativos de atividade à OE, enquanto Moçambique e Angola ficaram *ex aequo* no segundo lugar, com 97 processos cada, a uma larga distância de todos os outros países, como o Reino Unido, com 23 registos e a Austrália, com 21.

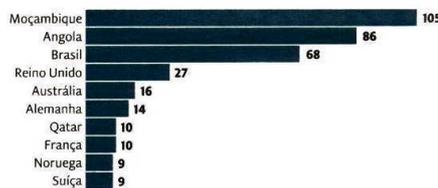
Em Maputo, uma fonte da Ordem dos Engenheiros de Moçambique admite que tem havido um *boom* de inscrições recentemente por parte de portugueses.

Um fenómeno que se explica pelo número crescente de obras públicas, pela criação de novas empresas e pela facilidade no registo dos profissionais. "O processo aqui é bastante rápido e, por outro lado, não falta trabalho", confessa um engenheiro que se mudou para Maputo, onde é sócio-gerente de uma empresa local de construção civil.

Num ritmo que faz lembrar Angola, o PIB em Moçambique aumentou 7,4% em 2012 e espera-se que suba mais 8,5% em 2013, reforçando a tendência de crescimento económico dos últimos anos, com o país a produzir cada vez mais carvão e a investir em infraestruturas públicas. Pelo contrário, e apesar das obras para o Mundial de Futebol e para os Jogos Olímpicos, a economia no Brasil cres-

EMIGRAÇÃO DE ENGENHEIROS EM 2013

Os países onde os engenheiros portugueses se inscreveram nos primeiros 5 meses do ano



FONTE: ORDEM DOS ENGENHEIROS

ceu apenas 0,9% em 2012 e os números para os primeiros meses de 2013 não são animadores. Além disso, continua a ser difícil para os engenheiros portugueses exercer atividade de forma plena no Brasil.

Embora a Ordem dos Engenheiros e a Confederação Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) tenham assinado um protocolo para o reconhecimento mútuo dos profissionais da área em novembro de 2011, esse

acordo está ainda por ratificar pelo lado brasileiro. A Confea deixou de representar os arquitetos (que passaram a estar numa estrutura autónoma) e mudou de presidente. Uma das dificuldades está no não-reconhecimento das licenciaturas concluídas em Portugal e na necessidade de serem revalidadas no Brasil (ver texto principal). Fonte da OE, que preferiu manter o anonimato, reconheceu ao Expresso que tem existido falta de vontade da congénere brasileira em resolver o impasse.

Até ao momento, a Ordem dos Engenheiros tem protocolos de reconhecimento mútuo com Moçambique, Angola, Cabo Verde, Colômbia, Peru e Espanha. O primeiro desses acordos foi assinado precisamente com Moçambique, em 2004. M.R.

REGRAS PARA O RECONHECIMENTO

■ As universidades podem pedir o que quiserem. Muitas chegam a demorar mais de um ano a apreciar um processo. A Universidade Federal do Rio de Janeiro é a mais rápida

■ A maioria das universidades federais brasileiras pede uma cópia autenticada do diploma de curso e do histórico das cadeiras feitas, com um carimbo do consulado do Brasil. Algumas, como a do Ceará, estão a pedir o histórico da escola secundária e cópias em papel dos programas de todas as cadeiras

■ As universidades têm comissões que avaliam as possibilidades de revalidação caso a caso, determinando se é necessária formação adicional e, se sim, quantas cadeiras o requerente terá de fazer

■ Com o acordo assinado na semana passada, as universidades públicas portuguesas passam a ter um quadro de referência com as universidades brasileiras, em que haverá uma troca de informação institucional sobre as estruturas curriculares dos cursos. Bastará por isso ao candidato apresentar cópia do diploma. E a análise do processo deixará de ser caso a caso. O prazo para concluir a revalidação passará para 190 dias. A maioria dos cursos terá um reconhecimento automático

■ Há um anexo em que estão discriminados os cursos de engenharia e arquitetura em cada universidade portuguesa e a sua equivalência nas brasileiras. Quem tiver uma licenciatura em engenharia civil na Universidade do Porto pode pedir uma revalidação na Universidade do Rio de Janeiro se quiser um reconhecimento automático. Mas se for uma licenciatura de engenharia civil na Universidade Católica a revalidação já terá de ser pedida em Alagoas. Pode consultar o anexo no site do Expresso

Menos 1500 universitários brasileiros em Portugal

A suspensão do envio subsidiado de novos estudantes de licenciatura para Portugal ao abrigo do programa Ciência Sem Fronteiras, decidida pelo Governo do Brasil em abril, vai representar uma redução de 1500 brasileiros nas universidades portuguesas durante o próximo ano letivo, garante Joaquim Ramos de Carvalho, vice-reitor da Universidade de Coimbra responsável pelas relações internacionais. A Universidade de Coimbra tem feito a ponte do programa com o Brasil, distribuindo depois os alunos pelas instituições portuguesas. Até ao momento, "não há qualquer previsão sobre quando o programa poderá ser retomado em Portugal", confessa o vice-reitor. "Não depende de nós", acrescenta. Portugal era o país mais procurado por estudantes de licenciatura que concorriam ao Ciência Sem Fronteiras. No ano letivo que agora terminou, um em cada cinco bolsistas do programa (2334) tinha sido colocado numa universidade portuguesa. Para o ano letivo 2013/2014, antes da suspensão, 9691 candidatos brasileiros tinham escolhido Portugal como destino. O programa, agora, mantém-se apenas para estudantes de doutoramento. No Instituto Superior Técnico (IST), os 150 estudantes brasileiros atuais, que correspondiam a 15% de todos os alunos estrangeiros na instituição, vão passar para apenas algumas dezenas. "Só ficam os doutorandos", diz José Santos Vitor, vice-presidente do Instituto Superior Técnico. "A justificação dada pelo Ministério da Educação brasileiro é de que é importante que os estudantes aproveitem ir para fora para estudar outro idioma, mas esse argumento não faz sentido porque as nossas aulas de mestrado integrado são todas em inglês, por causa dos nossos alunos estrangeiros."

Moçambique é o destino preferido dos engenheiros

País africano ultrapassou este ano o Brasil como primeira escolha dos engenheiros portugueses que decidem emigrar

Moçambique está a abrir as portas aos profissionais portugueses, que ainda têm dificuldades em ver os títulos académicos serem reconhecidos no Brasil. A Universidade do Rio de Janeiro é, para já, a única instituição que está a cumprir o acordo anunciado por Paulo Portas.